



ACÓRDÃO Nº423/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10020/2012.

Apensos: Processo nº 10438/2013.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: João Ocivaldo Batista de Amorim.

4- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/SP 231.839 e OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/RJ 123.979 e OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 10.428 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14.193.

5- Procurador oficiante do processo: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

6- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Determinação.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer os presentes Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, opostos pelo **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito de Canutama, à época, por preencher os requisitos legais, em consonância com o art. 148 e segs., da Resolução nº 04/02 - RITCE/AM;

7.2. Dar Provimento Parcial aos presentes Embargos de Declaração, opostos pelo **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, no sentido de substituir o item 10.2 do Acórdão nº 63/2018 – TCE – Tribunal Pleno, na seguinte forma:

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim** no valor de **R\$10.960,30** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), com base no art. 54, I, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, II e III, da Resolução n. 04/02-TCE (Redação dada pelo art. 2º da Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012), referente às impropriedades elencadas no voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através



ACÓRDÃO Nº423/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

7.2.1. NÃO CONCEDA OS EFEITOS INFRINGENTES, mantendo os demais itens do Acórdão nº 63/2018 – TCE – Tribunal Pleno, que não sofreram alterações, pelos fatos narrados supra;

7.3. Determinar à Secretaria do Pleno que oficie o patrono e o Embargante sobre o teor da decisão do Colegiado, acompanhando Relatório e Voto para conhecimento.

8- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição